

POBREZA E FAVELA: A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA EM BELO HORIZONTE, BRASIL**POVERTY AND FAVELA: THE POLICY OF PUBLIC SECURITY IN BELO HORIZONTE, BRAZIL**

Luana Carola Santos¹
Claudia Andreá Mayorga²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir as concepções de segurança, violência e favela que circulam na política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte, Brasil. Observa-se que o tema da segurança está muito associado aos estudos das ciências políticas, administração pública e aos estudos estatísticos e aparece fortemente articulado com ideias de homicídio, tráfico de drogas e como questão policial. O objetivo do presente texto e trabalho foi compreender a associação do tema da segurança com esses imperativos que produzem os processos de criminalização e exclusão da favela, e que a reduzem ao local de violência e miséria. Compreendemos as favelas como espaços políticos e marcados por histórias e memórias. Para realizar a pesquisa trabalhamos com estudo de caso de um centro de prevenção à criminalidade situado na região norte da cidade de Belo Horizonte. A pesquisa tem inspiração da etnopesquisa. Observa-se ao longo do trabalho que a política pública de segurança pública em Belo Horizonte se apresenta como um dispositivo de controles de corpos específicos, como pessoas que moram nas favelas e que a segurança não é um problema do indivíduo, mas sim um problema da organização das cidades, da sociedade, enfim um dilema político.

Palavras-chave: favela, pobreza, segurança pública, psicologia social.

Abstract

This paper aims to present and discuss the concepts of security, violence and slum circulating in security public policy in the city of Belo Horizonte, Brazil. We note that the issue of security is closely associated to studies of political science, public administration and the statistical studies and also appears articulated with murder, drug trafficking and as a police issue. The objective of this paper and work was understand the security theme associated with these imperatives that produce the processes of criminalization and exclusion from the slum, and which reduce it to the place of violence and poverty. We understand the slums as political spaces and marked by stories and memories. To carry out research work with a case study of a center for crime prevention in the northern part of the city of Belo Horizonte. Research has inspiration etnoresearch. We observed throughout the work that public policy public security in Belo Horizonte is presented as a device-specific bodies of controls, such as people living in slums and

¹ Professora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (CHS) da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutoranda em Psicologia Social no Programa de Pós - Graduação da UFMG. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: lupsicologiapucminas@gmail.com

² Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri – Espanha. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UFMG). Editora geral da Revista Psicologia & Sociedade (www.scielo.br/psoc), periódico científico da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e co-editora da Revista Psicoperspectivas (Chile). Participa do GT da ANPEPP, Psicologia, Política e Sexualidades. E-mail: mayorga.claudia@gmail.com

that security is not an individual problem, but a problem of organization cities, society, finally a political dilemma.

Keywords: favela, poverty, public safety, social psychology.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir as concepções de favela e pobreza que circulam no contexto da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte. Geralmente, os estudos sobre segurança no contexto brasileiro ganham enfoque em sua maioria nos noticiários de jornais, e geralmente causam estranhamento na população quando se trata de ocorrências que envolvem bastante a opinião pública. Observamos também que o tema da “segurança” é marcada por “autorizações” de saberes sobre quem pode falar sobre o assunto. Na maioria das vezes as pesquisas sobre o tema estão vinculados às escolas de Administração Pública e Ciência Política.

Um dos objetivos deste trabalho consistiu em aproximar a psicologia social do tema da segurança, a partir do interesse em desnaturalizá-la, e fazer o exercício de compreender os processos de desigualdades que estão presentes na dinâmica desse problema tentando evitar assim, posições dicotomizadas e lançar lentes analíticas para as complexidades do tema. Todavia, não há tanta abertura para esse diálogo, por algumas questões como: quando a psicologia é chamada para o diálogo sobre segurança é convidada ao lugar de respostas, “verdades” e interpretações, e esse lugar pode ser “perigoso”, no sentido do saber psicológico auxiliar na disseminação sobre os imperativos que criminalizam e homogeneízam as favelas.

Nota-se também a presença massiva de muitas pesquisas estatísticas sobre o tema articuladas às taxas de homicídio e tráfico de drogas. Essas pesquisas apresentam-se como tônicas recorrentes no campo de estudos sobre segurança, evidenciando o seguinte imperativo: “Segurança é sinónimo de homicídio e tráficos de drogas e esses fenômenos geralmente estão nas favelas”.

Pensar sobre quem está autorizado a falar sobre a segurança tem relação com retomar os debates sobre relações de poder no campo científico (Bordieu 1975 ; Donna Haraway 1995). Outro aspecto que tange os debates sobre segurança na cidade de Belo Horizonte é o fato de existir poucas produções teóricas que reflitam sobre o cenário dessa política na cidade. Sendo assim, temos trabalhos que pensam a segurança na cidade do Rio de Janeiro e do Espírito do Santo, que em termos de Brasil, são os Estados que mais se destacam nos conflitos que envolvem a segurança concebida enquanto número de homicídios e fenômenos associados ao tráfico de drogas.

Há também uma “rio-centralização” dos debates sobre o tema da segurança e dos estudos sobre as favelas . E esse trabalho pretendeu questionar essa centralização sobre os

debates que envolvem esses temas e territórios. Quando anunciamos isso, não queremos descartar os estudos feitos e as considerações importantes sobre o tema no contexto macro do Brasil, entretanto não concordamos com o fato de “importarmos” o pensamento sobre favela, violência, pobreza e segurança de outros contextos para a cena belorizontina, o nosso objetivo é pensar sobre os efeitos que a polarização do debate sobre segurança gera na sociedade, e também na cidade de Belo Horizonte.

A segurança, na maioria das vezes, é interpretada como uma questão de intervenção apenas policial, como estudos realizados por Filho, 1999. É necessário então, pensarmos que a segurança está para além do mapeamento criminal dos territórios. E isso tem forte relação com pensar a história das desigualdades sociais no contexto latino-americano, mais especificamente no Brasil, em Minas Gerais e em Belo Horizonte.

É importante destacar que este trabalho não quer desqualificar as leituras dos dados estatísticos que são produzidos, mas pensar/propor uma agenda para esta política que não reduza o fenômeno as questões econômicas ou policiais, que podem reforçar perspectivas meritocráticas e economicistas, e que em sua maioria concebem a pobreza como causa da criminalidade. Observa-se uma redução dos debates sobre segurança à lógica do *homo economicus*, movido apenas por questões mercantis do ganho e da necessidade material (Souza, 2006, Zaluar, 2005, Zaluar 2002).

Nota-se que o tema da segurança mobiliza bastante os debates sociais e midiáticos, todavia aparece muito articulado as discussões sobre pobreza, no sentido da criminalização da mesma. Neste trabalho procura-se compreender as favelas como espaço político e de estudos sobre as desigualdades sociais e procesos de exclusão. Pretendemos assim trazer um debate sobre segurança que abarque a criminalização da pobreza, a manutenção dos preconceitos e hierarquias.

Entende-se também a segurança como um conjunto de dispositivos que tem relação com economias gerais de poder, com as formas de organização da população e com as discussões sobre os espaços e territórios. (Foucault, 1978) e neste sentido que apresentaremos o tema de pesquisa neste texto.

METODOLOGIA: “SOBRE O ESTAR LÁ” E O “ESTAR AQUI”

A presente pesquisa teve como objetivo fazer um estudo de caso de um Centro de Prevenção à Criminalidade, que se caracteriza como um equipamento público onde funciona dois programas da Política Pública de Segurança. Ao todo são aproximadamente 27 centros, situados nas vilas e aglomerados da cidade de Belo Horizonte.

Entende-se o estudo de caso como uma opção metodológica que visa à descoberta de coisas que emergem do campo. A noção de campo de pesquisa dentro da perspectiva do estudo de caso compartilha de uma concepção de conhecimento como algo inacabado que se faz e refaz constantemente.

O Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) em que a pesquisa foi realizada está localizado na região norte de Belo Horizonte. Para chegar a esse equipamento, que fica localizado em uma região considerada marginal da cidade é necessário pegar dois ônibus que passam no centro de cidade. Dentro deste equipamento funcionam dois programas que trabalham com a prevenção à criminalidade no local. Um primeiro programa que atende jovens de 12 a 24 anos moradores da região e um segundo programa que trabalha com a filosofia de Mediação de Conflitos com diversos públicos da região. Cada programa é formado por uma equipe que tem aproximadamente seis pessoas, profissionais e estudantes de áreas interdisciplinares.

A escolha por esse campo de pesquisa se deu devido ao fato dos dois programas estudados estarem localizados dentro do âmbito primário da política de segurança pública. É importante lembrar que a política de segurança na cidade de Belo Horizonte se organiza em três âmbitos: o primeiro que trabalha com aspectos mais preventivos (âmbito de análise deste estudo); o segundo que desenvolve projetos com pessoas em situação de prisão e o terceiro que trabalha com pessoas que saíram da situação de prisão.

Para realização do presente trabalho foi utilizado também como um dos recursos metodológico o campo de estudos das etnopesquisas (Garfinkel, 1976, Macedo, 2010; Matos, 2005 e Chizzoti, 2011) que nos possibilita um diálogo constante com o campo no sentido de estar dentro dele, e se pensar nele (etnopesquisa implicada).

Como recurso de coleta de dados, foi utilizado procedimentos como diário de campo (Geertz, 1989), observação participante e entrevista (Rizzini, Castro, Sartor, 1999 e Macedo, 2010). Foram analisados também documentos, como livros e o Plano Anual de Segurança Pública para compreendermos as concepções de favela e pobreza que circulam no interior da política pública de segurança.

Ao longo da realização da pesquisa a equipe do Centro de Prevenção à Criminalidade lançou uma proposta da realização de rodas de conversa sobre o tema da segurança, favela e pobreza. Entendemos as Rodas de Conversas como uma metodologia participativa que promove espaços de reflexões sobre temas distintos através da circulação da palavra entre os participantes. (Afonso e Abade, 2008). Foram realizadas duas rodas de conversa ao longo do trabalho.

No campo de estudos das etnopesquisas a análise e interpretação de dados é um movimento incessante na pesquisa, que acontece do início ao fim da mesma. Neste sentido, o produto da pesquisa é sempre um produto aberto, no sentido de gerar novas reflexões. Trabalhamos com essa perspectiva de análise já a trazer elementos do diário de campo ao longo do trabalho, no sentido de dialogar teoria e prática, e produzir movimentos de análise no texto.

Para análise e interpretações de dados foi realizada a síntese de significados, metodologia também proposta pelo campo de estudos da etnopesquisa, que recomenda ao pesquisador elencar dentro do escopo dos dados coletados em campo, unidades de significados, ou seja, separar dentro do conjunto de informações, aquelas que tem forte relação com o tema da pesquisa, e aquelas que são importantes, mas não tem tanta relação direta com o problema.

A partir dessa distinção, o pesquisador constrói suas análises, que devem nascer do encontro entre problemática das temáticas estudadas, com as vozes dos interlocutores do campo, o que exige um trabalho denso e profundo. Nos próximos tópicos serão apresentados as análises advindas do campo e a relação dos métodos de pesquisa para percebermos os processos que circundam o presente tema de pesquisa.

RESULTADOS

Pensar a temática da segurança tem relação com pensar sobre as estratégias de punições, correção e enquadramento que estão associadas à aplicação das leis penais, a organização da prevenção e principalmente associadas às taxas médias de criminalidade. A política pública de segurança se organiza e se afirma por meio dos saberes estatísticos, como abordamos inicialmente neste texto.

Nota-se esse imperativo estatístico associado ao tema da segurança ao lançarmos mão dos estudos e instrumentos que dizem sobre o assunto na atualidade, como por exemplo, os chamados “mapas da criminalidade”, relatórios quantitativos elaborados dentro do escopo formal da política pública, dentre outros instrumentos utilizados para o trabalho que se baseiam em números e índices. Observa-se que o objetivo desses instrumentos é dizer quantos homicídios aconteceram no território, quais as questões principais os atendidos levam como demanda para o centro de prevenção, quais os principais conflitos acontecem na região, dentre outros. Todos esses números estão associados as favelas. Entendemos que os estudos numéricos são importantes, entretanto nosso objetivo aqui é pensar o que esses números reforçam quando estamos dizendo sobre criminalidades nas favelas.

Ao longo da pesquisa nota-se que a maioria dos estudos sobre segurança afirmam que os fatores sociais influenciam no desenvolvimento de práticas criminosas. Todavia, os fatores sociais e as práticas criminosas são reduzidas ao cenário da favela, esses estudos entendem também que a intervenção a ser realizada nos espaços de criminalidade devem ser feitas pela polícia, e os “sucessos” ou não dessas intervenções podem gerar uma diminuição da criminalidade no território, ou uma expansão ou aumento da mesma para o presente local ou para territórios próximos.

A lógica territorial e o pensamento da polícia como “força repressiva” é bem evidenciada nos estudos sobre o tema. Entende-se que esses estudos sobre segurança pública como uma questão territorial trabalham com a análise de políticas de governo e para compreenderem essa política reforçam certos pensamentos associados ao imperativo: “ lugar de criminalidade é a favela e o Estado é que precisa intervir”, simplificando os debates sobre a problemática.

Nesses campos de estudos foi localizado o teórico Soares (2006) que tem vasta publicação sobre o tema da segurança no contexto brasileiro e desenvolve estudos sobre o campo com o objetivo de compreender a formulação e a implantação da política pública de segurança no âmbito nacional. Como procedimento metodológico analisa os governos Fernando Henrique Cardoso, o qual implementou o plano de segurança pública que tinha como objetivos na época: articulação das instituições envolvidas na temática da segurança, qualificação policial, fomento a chamada prevenção social a violência, dentre alternativas, que são bem presentes no escopo na política na cidade de Belo Horizonte.

Durante o primeiro momento do governo Lula procurou-se investir no plano nacional de segurança pública iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Já no segundo momento de seu governo foi lançado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)¹⁴, em 20 de agosto de 2007 que teve como objetivo conciliar a idéia dos direitos humanos e atuação policial. Como observamos ao longo de nossos estudos, paradoxo também bem recorrente no escopo da política pública de segurança em Belo Horizonte.

Na mesma linha de estudo de Soares (2006) encontramos também Saporì (2011) que analisa a implementação da política pública de segurança a nível nacional, com enfoque no contexto de Minas Gerais. Ambos os autores trabalham com perspectivas mais estatísticas de avaliação da política pública de segurança, o que é importante para mantê-la funcionando e ver as repercussões dela nas cenas sociais.

Entretanto, os estudos sobre segurança que são tecidos aqui não corroboram com a noção de segurança apenas associada à avaliação da implantação desta política por meio de

olhares somente estatísticos que, na maioria das vezes, confirmam e restringem como modos de intervenção no problema, a atuação policial e os programas de prevenção social à criminalidade. As concepções de segurança encontradas ao longo deste trabalho destacam noções sobre o tema voltadas ao histórico do tráfico de drogas e homicídios, o que remete as funções sociais e políticas que a segurança busca manter enquanto tecnologia de controle.

Nota-se também a presença de um reconhecimento hierárquico sobre as violências consideradas e visibilizadas dentro dos estudos sobre segurança, violências que envolvem assuntos como gênero, idosos, criança, direitos sexuais são pouco problematizadas. Entende-se que localizar discursos e saberes que legitimam a segurança tem relação com pensarmos os imperativos que são construídos acerca dos dispositivos de segurança. (Foucault, 2011).

Foram elencados aqui, alguns fatores importantes para compreensão da dinâmica de organização da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte. Um primeiro fator seria: Discutir a temática de segurança remete a uma série de questões políticas, históricas, éticas e sociais. Para compreendermos o histórico da segurança na cidade utilizamos alguns documentos consideramos como base dentro da própria política, visto que fizemos uma análise documental de um livro e do Plano Anual de Segurança Pública (PNSP- 2000), que tem como objetivo formular diretrizes para execução da política pública de segurança, por meio da articulação das instituições que compõe o sistema de defesa social na base estadual, municipal e federal e a participação da comunidade no debate sobre os direitos humanos.

Um segundo aspecto é o fato de desses documentos serem interpretados como um conjunto de estratégias que possibilitam o funcionamento da Política e que sustentam determinadas concepções de violência e pobreza, objetos de estudo dessa pesquisa. (Foucault, 2008).

A política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte é pensada como uma política social, o que traz grandes impactos e representações, já que as políticas sociais têm grande relação com o padrão de proteção social implementado pelo Estado e são direcionadas a princípio para a redistribuição de bens sociais, o que visa à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Uma política pública social pode ser compreendida a partir dos seguintes aspectos: São políticas que tem suas raízes nos movimentos populares do século XIX, relacionadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho associados às primeiras revoluções industriais e expressam interferência do Estado, que tem como objetivo a manutenção das relações sociais de determinadas formações sociais. (Holffing, 2001).

É importante ressaltar que a discussão e o debate sobre as concepções terminológicas, éticas e conceituais sobre políticas públicas são vários, e não pretendemos neste trabalho, explanar a quantidade de literaturas, aproximações e distinções vinculados ao tema das políticas públicas, todavia compreendemos as políticas públicas como um fenômeno psicopolítico que não pode ser reduzido apenas as ações estatais, mas envolvem a responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção, a partir de vários processos de tomadas de decisões, que envolvem a participação de órgãos públicos e distintos organismos e agentes da sociedade que estão relacionados a agenda da política a ser implantada.

Ao se caracterizar como uma política social a segurança inaugura muitos debates, principalmente no que tange a garantia de direitos e acesso a todos. A afirmação enquanto política social gera também lugares de poder no escopo das políticas públicas e de acesso aos bens sociais. Como por exemplo, na perspectiva de garantia de direitos, a que público a segurança atende? Pensar sobre isso tem relação com pensar sobre as relações de poder. A análise dos mecanismos de poder não é de forma alguma teoria geral do que é poder, mas envolve a compreensão de por que esse poder circula e que relações sociais ele mantém. (Foucault, 11 de janeiro de 1978, p.3).

Ao debruçar sobre a problemática da segurança enquanto política pública que se localiza como social é possível perceber por onde isso passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, quais são seus procedimentos e efeitos. É com esses objetivos que realizamos os presentes estudos.

Pensar a segurança tem forte e grande relação com discutir o processo de construção espacial da cidade em Belo Horizonte. Sabemos que ao longo de diversos processos históricos, a construção das cidades, não contemplam em grande parte dos territórios, (entendendo aqui território, não apenas como um espaço geográfico, mas como local de articulação política, histórica e cultural) as minorias sociais.

Neste sentido, entende-se que abordar a problemática da segurança nos remete ao conceito de violência (ou violências) e tem relação com discussão da configuração do tecido sócio-espacial urbano e também com a história da estrutura fundiária das cidades construída desde período imperial (Foucault, 18 de janeiro de 1978, Campos, 2011). Não há como abordar o tema da segurança sem retomar a história das cidades, as discussões sobre território e os debates sobre violência.

Sabe-se que o termo violência tem várias interpretações, lançaremos mão do conceito de Michaud (1989) para compreender o termo. Segundo este autor, a violência acontece

quando temos situações de interação entre um ou vários atores que podem agir de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, gerando desconfortos e danos a uma ou várias pessoas em diversos graus, sejam em integridade física, moral, posses ou no direito em suas participações culturais, simbólicas e dentre outras. Concordando com este autor compreendemos as violências como um fenômenos sociais amplos e complexos, que não se restringem apenas as questões criminais ou associadas ao tráfico de drogas, mas vão além, já que engloba situações em direitos não são considerados.

Pensar segurança articulada com a noção de território, possibilita a visualização com mais proximidade o conceito de criminalização de determinados espaços. A política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte é marcada por uma territorialização das favelas.

Assim, as cidades quando são pensadas levam em consideração algumas funções, como a preocupação com a higiene, a apresentação dos lugares, a circulação das pessoas, no sentido de criar políticas para afastar os chamados bolsões de miséria recorrentes nos bairros considerados apertados, o que inaugura uma lógica excludente e de segregação das cidades desde início de sua fundação.

Uma segunda preocupação da construção das cidades é garantir comércio interno, o que gera a necessidade de pensar a articulação entre as ruas da cidade com as estradas externas, de forma que as mercadorias possam circular (características bem marcantes nas cidades do século XVIII). Outra característica das cidades consiste em gerar espaços de vigilância, o que envolve vigiar com recorrência as idas e vindas das pessoas durante todo dia.

E aqui temos um evento interessante, que marca a (re) configuração das cidades ao longo da história de seu surgimento, que é o aumento das políticas de vigilância (câmeras instaladas pelas ruas, edifícios, dentre outros dispositivos) em função do aumento do fluxo de algumas populações como: mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc, que podiam vir como se sabe do campo:

Em outras palavras, trata-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, (de) maximizar a boa circulação diminuindo a má. Trata-se, portanto também, de planejar os acessos ao exterior” (Foucault, p.24, 2008)

Sendo assim, pensar a política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte, associando com território e população é compreender essa política como um conjunto de dispositivos que operam sobre territórios (escolhidos a partir de uma série de lógicas e funções presentes na cidade: políticas de higienização, circulação de mercadorias e pessoas, etc) a partir de uma localização geográfica relacionadas com soberania política e territorial.

Os reflexos da construção das cidades estão bem presentes no nosso cotidiano, visto que as lógicas que operam sobre as cidades contribuem muito para segregação social. Neste sentido, um dos eixos fundamentais para implantação da política pública de segurança é o aparecimento de um projeto, de uma técnica política que se dirija a um meio. Ou seja, a um determinado público alvo, a determinados espaços e configurações da cidade.

Observa-se por via da metodologia de estudos de caso no Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) do Minas Caixa que a equipe técnica que compõe os programas prevenção vinculam as ações de enfrentamento à criminalidade com ações que diminuam o homicídio dos jovens e o tráfico de drogas. Os programas tem como público-alvo jovens e pessoas de faixas etárias distinta e trabalham no atendimento psicossocial com os procedimentos de orientação e mediação aos conflitos associados à pensão de alimentos, separação, divórcio, dentre outras questões, oficinas para jovens, dentre outros.

Sendo assim, a segurança, dentro da política pública pode ser interpretada enquanto dispositivo de controle e vigilância, e ao mesmo tempo, como instrumento de garantia do estabelecimento de organização social, se apresenta com alguns paradoxos:

Um primeiro paradoxo que iremos nomear neste trabalho, é o da repressão. Ao longo das observações etnográficas realizadas no estudo de caso no Centro de Prevenção à Criminalidade, muitos operadores da política pública de segurança, entre eles, técnicos, estagiários, motorista, auxiliar administrativos, atendidos dos programas, falavam da difícil relação no território do Aglomerado do Borel, entre polícia e comunidade. Relação marcada por desconfiança, por alguns casos de ocorrências de violência policial, dentre outros episódios que dificultavam um diálogo entre polícia e comunidade.

A própria história de construção do território do Minas Caixa (campo de pesquisa) se apresenta entorno de um colégio policial que fica próximo ao Centro de Prevenção, o que marca o início de um diálogo entre favela e polícia colocando em pauta os debates sobre território e direito a circulação.

Não há como abordar o problema da segurança sem ressaltarmos este ponto. Os trabalhadores do Centro de Prevenção à Criminalidade, ao longo do período das observações etnográficas realizadas traziam com grande recorrência em seus discursos, falas que refletiam sobre o “papel” do técnico social no contexto da política de prevenção: repressão ou prevenção? Como trabalhar esses dois conceitos? Questionamento colocado como paradigmático pelos trabalhadores da prevenção, entendemos este dilema como um segundo paradoxo que circula na política de prevenção:

A Política pública de segurança atua nos territórios, o que gera uma ortopedia social, e uma angústia para quem

trabalha neste contexto. Por isso que eu resolvi sair, porque não acho que a política realmente trabalha com segurança pública, é mais um paliativo, uma ortopedia social. (Discurso de Interlocutora K em 30/07. Notas do diário de campo).

Neste sentido, pode-se compreender a segurança como um dispositivo que pretende inserir os fenômenos sociais em questão (como por exemplo, o roubo, os distintos crimes) em uma série de acontecimentos que podem ser prováveis. É importante ressaltar que os mecanismos de controle da segurança são antigos. Entende-se mecanismos de segurança, como um conjunto de medidas legislativas, constituídos por decretos, regulamentos que permitem a circulação de pessoas e mercadorias, que autorizam que pessoas podem circular (ou não) em determinados territórios.

Um terceiro paradoxo que se apresenta, no contexto da política pública, diz respeito ao trabalho integrado (que envolve ações dos programas e outras instituições) previsto nas diretrizes da política de prevenção, por meio da intervenção estratégica, que consiste em um conjunto de ações que tem por objetivo articular instituições que compõe a justiça criminal para pensar em ações de repressão qualificada. Podemos dizer que este paradoxo, faz parte da construção das cidades, e da inauguração dos dilemas dos mecanismos de segurança:

É pela polícia que foram feitas as cidades e os lugares que os homens se reúnem e se comunicam pelo uso das ruas, das praças públicas, e das estradas (Domat, *Le Droit public*, 1829, p.150)

Percebe-se assim, que o vínculo entre polícia e cidade é tão forte, que a polícia é posta como condição para existência da urbanidade. Neste sentido, “policiar” tem forte relação com “urbanizar”, higienizar as cidades e quem circula nelas, o que tem a ver com projetos de governos das cidades e de quem tem direito a elas.

De certa forma, a pergunta quem pode circular nas favelas, tem relação como uma lógica interna de organização das relações de poder dos moradores que residem no local, e também com os exercícios de controle pensados pela polícia e pelo centro de prevenção à criminalidade. Ambos, atuam no ordenamento do espaço, de forma direta e indireta.

Nota-se que o conceito de repressão, ou repressão qualificada aparece bastante no livro intitulado: “Prevenção Social à Criminalidade: A experiência de Minas Gerais” (2009) e se apresenta como um hiato para os atores que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade. Ao debruçar sobre o conceito de violência e pobreza, o tema da repressão se destaca como uma tônica recorrente nos discursos do Centro de Prevenção, visto que, ao analisarmos o Plano Anual de Segurança Pública (2000) e também o livro, o conceito de segurança cidadã, se apresenta como um novo paradigma para pensar a segurança no contexto de Minas.

A noção de segurança aparece assim, aliada a concepção de acesso a direitos, o que traz para o Estado de Minas Gerais, a possibilidade de políticas de segurança que pensem para além da repressão, no sentido policial, mas articule o trabalho da repressão com a prevenção à criminalidade, na perspectiva de acesso a direitos. Aspecto apontado como desafiante para os trabalhadores da política de prevenção.

Pode-se observar que a política pública de segurança é direcionada para um público que tem raça, gênero e classe. Entende-se assim, a segurança como uma nova tecnologia de poder, que teve suas origens no século XVIII. Tecnologia essa, articulada com a construção territorial das cidades. Tecnologia necessária a organização social, entretanto que revela em suas entrelinhas operações sobre determinada população, o que tem relação com quem ocupa o lugar de soberania, e de quem exerce a disciplina.

Outra ponto importantes para pensar nos temas articulados aos debates da segurança, é a definição de governo. Se retomarmos o sentido mais “tradicional” do emprego dessa palavra veremos que aparece articulada ao exercício da soberania, ou autoridade pública, entretanto compreendemos governo como arte de exercer o poder na forma de economia (Foucault, aula 1ª de fevereiro de 1978, p.127), neste sentido o neoliberalismo econômico se apresenta como uma arte de governar.

Conclui-se assim que a problemática da segurança precisa ser pensada a partir da tríade: segurança-população-governo, uma vez traz para o cerne das discussões sobre segurança o conceito de governamentalidade formulado pela primeira vez na 4ª aula do curso de 1978 em fevereiro que pode ser entendido como um conjunto de estratégias de poder e controle estão presente na relação entre Estado e População, é entendida “um pensamento em movimento”, uma estratégia programada, que nunca dá certo, que se preocupa com o estudo da genealogia do Estado moderno, sendo assim o Estado, se constrói como um campo de análise dos micropoderes, um efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas. (Foucault, aula 31 de janeiro de 1979, p.39).

Trazer a discussão da governamentalidade para a cena da política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte, implica dizer que tudo é político. Compreendemos essa expressão por meio de dois sentidos: O primeiro, em que o político se apresenta e se define como a esfera de intervenção do Estado, ou seja dizer que a segurança é um problema político, nessa dimensão é assumir que o Estado está em toda parte, de forma direta ou indireta. A segunda dimensão refere-se a luta entre os adversários: tudo é político pela existência dos adversários, e a política vai nascer da resistência à governamentalidade, com o estabelecimento de táticas e estratégias para o enfrentamento dessa.

Pensar a problemática da segurança pública em Belo Horizonte é trazer para a cena as discussões sobre as práticas de vigilância na cidade, como por exemplo, policiamento espacial estrito, cada pessoa no seu lugar, o olhar está alerta por toda a parte.

Ao longo dos estudos teóricos nota-se também poucas produções sobre o tema em outras perspectivas de trabalho, que não apenas no viés estatísticos. Não muitos trabalhos teóricos sobre os registros históricos da implantação da política de segurança pública no cenário brasileiro. Neste sentido, a consolidação de novos estudos sobre o tema se fazem necessários.

Observa-se que a política pública de segurança tem uma forte lógica territorial, e se organiza através do governo, o que favorece as estratégias de governamentalidade proposta por Foucault (2008). Conclui-se que é inevitável falar da segurança, sem tocar nas concepções de relações de poder e criminalização da pobreza. Entende-se que pensar esta política tem forte relação com as discussões sobre as formas de organização das cidades, ocupação dos territórios e constituição da polícia.

A idéia é pensar sobre as funções sociais da segurança pública, que inclua atuação da polícia, mas que não se restrinja a ela, e que não separe a relação entre Estado e Sociedade, uma vez que não se apresentam como coisas dicotômicas, mas paradoxais, que revelam a lógica de funcionamento da governamentalidade.

CONCLUSÃO

Um aspecto importante que merece destaque na pesquisa diz respeito à relação da política pública de segurança com as concepções de violência e favela. A favela vista como uma problemática do espaço urbano se apresenta como uma questão emblemática e abrangente para pensarmos as cidades brasileiras e o as desigualdades sociais existentes e a política pública de segurança.

Na maioria das histórias e estudos sobre a favela temos concepções sobre o tema que a descrevem e a analisam como um espaço exclusivo da pobreza e das contradições urbanas.

Outro imperativo sobre a articulação entre pobreza e favela, é que nos estudos sobre pobreza, verificamos que há muitos pobres, que não estão apenas nos espaços da favela, entretanto muitos estudos insistem na favela como locus da pobreza, o que reduz o debate sobre as desigualdades sociais e manutenção de preconceitos a questões econômicas e de acesso a bens materiais. A política pública de segurança na cidade de Belo Horizonte tem reforçado esses imperativos sobre as favelas.

Outro apontamento importante no que diz respeito aos estudos sobre as favelas é a necessidade de compreendermos esse espaço a partir de sua heterogeneidades. Observamos

que muitas representações sobre as favelas reforçam idéias o “tipo ideal” de favelas que se caracterizam pela homogeneização dos grupos que moram no local. Sendo assim, notamos que outras concepções sobre o termo, que considerem as diferenças e as diversidade precisam ser realçadas e abordadas. (Valadares e Preteceille, 2000).

Ao retomarmos os conceitos que se referem à etimologia da palavra favela e seus significados históricos veremos que o nome favela surge em simbolismo a uma planta que existia na cidade de Canudos, interior da Bahia, e que os soldados que participaram da guerra de Canudos ao retornarem a cidade do Rio de Janeiro, deram esse nome ao Morro da Providência. Entendemos a palavra favela, como um tecido política da cidade. Observamos também que os estudiosos sobre as favelas se dividem em termos de perspectivas teóricas e dados históricos quando estudam o início do processo de favelização da capital federal.

Neste sentido, a problemática da segurança, nasce articulada com os dilemas paradoxais da função da polícia que precisa atuar nas favelas que é o lugar da “insegurança”, o que nos permite compreender hoje a redução do tema da segurança a ação da polícia, questões que precisamos desmistificar e/ou ampliar.

Segurança tem relação com as funções da polícia, entretanto, não pode ser tratada apenas a partir dela ou reduzida a ela. Os dilemas da segurança tem relação com os problemas da população com seu meio, com a sociedade, o espaço fragmentado de quem está no centro da cidade, e de quem está na periferia. Neste sentido, podemos afirmar que a segurança é um problema político.

Para além do campo de estudos das ciências políticas e da administração pública, compreendemos o dilema da segurança como uma problemática considerável no campo de estudos das ciências humanas e sociais, da economia política e da teoria política. Pensar a política de segurança tem relação com pensar que está autorizado a circular pelos espaços da cidade.

Observa-se durante a realização desse trabalho que o campo científico que é realçado na segurança tem forte relação com a institucionalização da problemática, e vinculação da mesma aos eventos de tráfico de drogas e homicídio, não que os estudos sobre esses temas não sejam importantes, todavia é necessário visibilizar também outros estudos que trazem à tona problematizações interessantes sobre política de segurança, violência e pobreza

Por fim, entende-se que o tema da segurança mobiliza bons debates e nos possibilita nos aproximar de outras problemáticas maiores que sondam a sociedade brasileira, mais especificamente, o cotidiano de belo horizonte, questões como: criminalização de territórios, movimentos de higienização da pobreza, política de urbanização bem articulada com a política

de segurança, poucos estudos que tratam da história das favelas em belo horizonte, aliança políticas referentes ao Município e ao Estado que mantém lógicas de controle, dentre outros temas, que nos convocam para uma preocupação política e para uma vida no tecido urbano marcadas por fronteiras.

E as fronteiras abrem novas janelas, que possibilitam a emergência de novas perguntas sobre os temas aqui debatidos. Segurança é estratégia política e de controle, é fronteira, sendo assim não há como simplificá-la ou reduzi-la aos problemas do “indivíduo”, ela é problema da vida coletiva, da vida urbana, remete a construção das cidades e a lógica dos territórios.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, jun, p. 88-104. Tradução de Paula Montero, 1975.

CAMPOS, Andreilino. “ **Do Quilombo à Favela: A produção do Espaço criminalizado no Rio de Janeiro**”. Rio de Janeiro,, Bertrand Brasil, 2011.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DOMAT, Jean. Le Droit public, I, XIII, I: **De la police ou discipline des arts et métiers** éd. REMY, p. 239-240, 1829.

BEATO F., Claudio C.. **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais**. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 37, June 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Apr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200004>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis , RJ, Vozes, 2011.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - I.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 1989.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARFINKEL, H. **Studieis in ethnométhodologie**. New Jersey: Prentice Hall, 1976.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial** [orig. The science question in feminism, Feminist Studies, v.14, n.3, 1988]. Cadernos Pagu, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, Nov. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Dez. 2012.

SAPORI, Luis Flávio. **A segurança pública no Brasil**. Em debate, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.11-15, jan., 2011.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania. Para uma sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

SOARES, Luis Eduardo. **Segurança Pública: Presente e Futuro**. Estudos Avançados, 20 (56), 2006.

MACEDO, Roberto. **Etnopesquisa Crítica, Etnopesquisa-Formação**. Brasília: Líber Livros, 2010.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 119p, 1989.

RIZZINO, Irma; CASTRO, Mônica Rabello e SARTOR, Carla Daniel. **Pesquisando: Guia de pesquisa para programas sociais**. Editora Universitária Santa Úrsula, 1999.

Preteceille, E., & Valladares, L. **A desigualdade entre os pobres—favela, favelas. Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 459-485, 2000.

ZALUAR, Alba. **Oito temas para debate: violência e segurança pública**. Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras, n. 38, maio 2002. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000100003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 12 abr. 2015.

ZALUAR, ALBA. **Dilemas da segurança Pública no Brasil**. In: ZALUAR, Alba; MISSE, Michel; BORGOUIS, Josephine; TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza; BROWNE, Terry Crawford; PETERS, Rebeca; NARVAEZ, Leonel e BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Desarmamento, Segurança Pública e Cultura de Paz. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, outubro de 2005. Disponível em <http://www.ims.uerj.br/nupevi/desarmamento.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

Trabalho enviado em 24 de fevereiro de 2015.

Aceito em 26 de abril de 2015.